

A Bolsa-Formação do Pronatec

Ministério da Educação (MEC)

A iniciativa Bolsa-Formação é uma das ações do Pronatec desenvolvidas com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais, interiorizando e democratizando o acesso a cursos técnicos de nível médio e a cursos de formação inicial e continuada que gerem oportunidades ocupacionais. A Bolsa-Formação consiste na oferta gratuita de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada, presenciais, custeados com recursos repassados pelo MEC a instituições de ensino das diversas redes de educação profissional do País. Os recursos recebidos pelas instituições ofertantes do Pronatec/Bolsa-Formação abrangem todas as despesas de custeio das vagas, incluindo o fornecimento de alimentação, de transporte e de material didático aos estudantes. Desde 2011, já foram realizadas mais de 3 milhões de matrículas em cursos de educação profissional, alcançando mais de 4 mil municípios em todos os estados da Federação.

Caracterização da situação anterior e identificação do problema

Em 2011, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em resposta à demanda da sociedade pela ampliação das oportunidades de formação profissional. O Pronatec representa uma política pública criada com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino médio e das oportunidades educacionais. Por um lado, essa política visa à inclusão produtiva dos jovens e trabalhadores que necessitam de formação profissional para obterem melhores oportunidades ocupacionais e, por outro, ela visa à melhoria da produtividade e da competitividade do País, por meio da formação profissional em larga escala, através de redes de ensino reconhecidas e estruturadas.

Para cumprir a sua finalidade, o Pronatec criou novas iniciativas e readequou um conjunto de ações anteriores que vinham sendo desenvolvidas para a expansão da oferta de cursos de educação profissional no Brasil.

Entre as novas iniciativas está a Bolsa-Formação¹, que consiste na oferta, em larga escala, gratuita de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada, presenciais, custeados com recursos repassados pelo MEC a instituições de ensino das diversas redes de educação profissional do País. Os recursos recebidos pelas instituições ofertantes do Pronatec/Bolsa-Formação abrangem todas as despesas de custeio das vagas, incluindo aquelas com os profissionais envolvidos nas atividades, com o fornecimento de alimentação, de transporte e de material didático aos estudantes.

Descrição da iniciativa e da inovação

A expansão da educação profissional, no contexto da Bolsa-Formação, está sendo conduzida pelo Ministério da Educação, com a participação ativa de parceiros demandantes e ofertantes de cursos profissionalizantes.

O papel de parceiro demandante é desempenhado pelos ministérios e secretarias estaduais de educação que são responsáveis por: i) mapear e caracterizar a demanda existente; ii) identificar o perfil de formação e a quantidade de profissionais necessários em cada município do País; iii) realizar os processos de mobilização e de seleção do público a ser capacitado; iv) monitorar a execução dos cursos; e v) articular para que os egressos dos cursos tenham como buscar as oportunidades ocupacionais identificadas no mapeamento da demanda².

Por outro lado, as diversas redes de educação profissional e tecnológica reconhecidas no País desempenham o papel de parceiro ofertante. São parceiros ofertantes do Pronatec/Bolsa-Formação: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (institutos federais e escolas técnicas vinculadas a universidades federais), Redes Estaduais de Educação, Sistema S (Senai, Senac, Senar e Senat) e Redes Privadas (escolas técnicas de nível médio e instituições de ensino superior).

Os demandantes nacionais possuem pontos de atendimento presenciais distribuídos nos municípios do País, denominadas de unidades demandantes. Como exemplo de unidade demandante do Pronatec, podemos citar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ligados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e as unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nessas unidades, são realizadas as pré-matrículas em turmas do público mobilizado pelos demandantes, que deve pertencer ao público prioritário do

programa. Após a pré-matrícula numa turma, um interessado tem até sete dias para comparecer à unidade de ensino na qual foi pré-matriculado e apresentar a documentação exigida para que a matrícula seja confirmada. Após esse prazo, a pré-matrícula perde a validade e as vagas remanescentes nas turmas são disponibilizadas na Internet, por meio do endereço eletrônico <http://pronatec.mec.gov.br>, para que outros cidadãos que desejem se capacitar possam ocupá-las.

As vagas abertas pelo ofertante, para que o demandante pré-matricule seu público, precisam ser autorizadas previamente pelo Ministério da Educação, que atua como articulador entre demandantes e ofertantes nacionais, num processo denominado de pactuação de vagas.

Na pactuação, as demandas por formação profissional são registradas pelos demandantes – que indicam curso, quantidade de vagas e município – , de forma que a demanda por formação profissional venha a induzir a oferta nas unidades de ensino das redes ofertantes. Esse processo de pactuação tem como objetivo induzir o planejamento da oferta em âmbito nacional e, principalmente, possibilitar que o público atendido realize cursos que gerem maiores oportunidades ocupacionais.

No âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação, são oferecidos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, denominados cursos FIC, e cursos técnicos de nível médio nas formas articulada (integrado e concomitante) e subsequente. Os cursos técnicos subsequentes são ofertados exclusivamente por meio do Sistema de Seleção Unificado da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que é o mecanismo que prioriza a ocupação das vagas em função da nota obtida pelos estudantes no Enem.

O modelo de pactuação de vagas supracitado não se aplica ao Sisutec, que possui metodologia e critérios próprios para aprovação de cursos e vagas. Como a oferta de cursos técnicos na forma subsequente, pelo Sisutec,

é a única alternativa para participação de instituições privadas no Pronatec/Bolsa-Formação, cerca de 70% dessas vagas, na modalidade subsequente, vêm sendo ofertadas por essas instituições.

Ao estabelecer critérios de aprovação que determinam prioridades e limitações para oferta de cursos e vagas, é possível estimular a interiorização da oferta de vagas, com aumento do número de municípios com presença do setor privado. Analogamente, a limitação do número de oferta de vagas por curso, por unidade, e a exclusão da oferta de cursos selecionados, estimula a criação de estrutura física e de pessoal para atendimento a novos cursos e eixos tecnológicos, aumentando as alternativas de escolha dos estudantes e trabalhadores. Dessa forma, a ação do Pronatec/Bolsa-Formação atua como indutor de oferta de cursos técnicos nas instituições privadas.

Concepção da inovação e trabalho em equipe

Uma política pública da dimensão do Pronatec não se constitui sem a realização de parcerias para a sua execução. Desde o início do programa, vários avanços foram obtidos a partir do trabalho realizado pelas equipes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) com equipes de parceiros externos.

Um primeiro trabalho que merece destaque pelo seu ineditismo foi o mapeamento – realizado em parceria com o MTE – entre as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e os cursos ofertados no âmbito do Pronatec. No mapeamento realizado, foram utilizadas as cercas de 2.500 ocupações da CBO, os 644 cursos FIC do Guia Pronatec de Cursos FIC e os 220 cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O mapeamento realizado constará nas próximas edições dos catálogos.

Ter o mapeamento entre formação e ocupação foi fundamental para possibilitar o cruzamento da base de dados sobre cursos técnicos disponíveis

no MEC com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, com o objetivo de analisar a trajetória socioprofissional e educacional dos estudantes que concluíram cursos técnicos e FIC. Esse trabalho de avaliação dos egressos do Pronatec está sendo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) em cooperação com o MEC, com previsão de término para dezembro de 2014.

Outra parceria foi firmada pelo MEC com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) para elaborar o mapa da educação profissional e tecnológica (Mapa da EPT). A proposta é elaborar o Mapa da EPT a partir de dados disponíveis sobre a formação de pessoal em cursos de educação profissional nas redes de ensino públicas e privadas e no mercado de trabalho para técnicos e profissionais especializados, incluindo uma análise prospectiva da dinâmica das economias regionais, com destaque para os principais investimentos públicos em setores estratégicos. Quando estiver finalizado, esse mapa será mais um insumo a ser utilizado no processo de pactuação de vagas do Pronatec/Bolsa-Formação para um maior alinhamento entre demanda e oferta.

Além dessas parcerias, a Setec/MEC conta periodicamente com profissionais da Rede Federal de EPT, que participam de comissões para ações diversas no âmbito do Pronatec. Uma dessas comissões foi constituída para realizar o mapeamento dos cursos técnicos que podiam ser ofertados por instituições de ensino superior no âmbito do Pronatec, a partir dos cursos superiores ofertados por essas instituições. Esse estudo resultou na tabela de mapeamento publicada na Portaria nº 20, de 27 de junho de 2013.

A Setec também está trabalhando em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para possibilitar a consolidação dos dados da educação profissional, visto que os dados hoje existentes no Censo da Educação Básica do Inep não contemplam os cursos de formação inicial e continuada ofertados no Pronatec. Esse trabalho

resultará num documento com um resumo técnico sobre a educação profissional no País, contemplando as matrículas em cursos técnicos, cursos FIC e em cursos superiores de tecnologia. Esse trabalho permitirá uma visão consolidada da forte expansão da educação profissional do País nos últimos anos, evidenciando os impactos gerados pela implantação do Pronatec.

Objetivos da iniciativa

A iniciativa Bolsa-Formação é uma das ações do Pronatec desenvolvidas com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais, induzindo a oferta em função da demanda por formação profissional, interiorizando e democratizando o acesso a cursos técnicos de nível médio e a cursos de formação inicial e continuada, de forma a contribuir efetivamente com o processo de inclusão produtiva e a melhoria da produtividade e competitividade do País.

Público-alvo da iniciativa

O programa nasceu para atender, prioritariamente, aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, aos trabalhadores e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Cabe salientar que os beneficiários supracitados caracterizam-se como prioritários, mas não exclusivos. As vagas que permanecerem disponíveis, após o atendimento prioritário a esses beneficiários, poderão ser ocupadas por outros públicos, respeitados os requisitos específicos previstos para acesso aos cursos.

Ações e etapas da implementação

Tendo em vista a necessidade de se estabelecer um processo de acompanhamento da oferta de cursos, cuja carga horária deveria ser de no

mínimo 160 horas, o MEC convidou representantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e da Rede Federal de EPT para discutirem a elaboração de uma primeira versão de um guia de cursos FIC, até então não existente, que contemplasse os cursos que poderiam ser ofertados pelo Pronatec. Dessa ação, nasceu o Guia Pronatec de Cursos FIC – 1ª edição a ser utilizado como mecanismo de estruturação da oferta de cursos do Pronatec.

Nos anos de 2011 e 2012, o principal esforço foi realizado na direção da necessidade de articulação entre os representantes das instituições de ensino e os representantes dos demandantes em âmbito municipal ou estadual. Essa ação elevou enormemente a complexidade na estruturação das ofertas de cursos, pois os representantes das unidades de ensino e das unidades demandantes não costumavam dialogar para alinhar os cursos a serem ofertados. Além disso, o processo de articulação tinha um desdobramento operacional por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (Sistec), o qual, além de manter informações sobre todas as instituições de ensino e seus cursos, exigia um processo de pré-matrícula dos estudantes, via CPF, por parte das unidades demandantes e a efetivação da matrícula pelas unidades de ensino, que deveriam também acompanhar e registrar a frequência de cada estudante periodicamente.

Entretanto, verificou-se que o objetivo de se induzir a oferta em função da demanda não estava avançando como desejado. As instituições de ensino ofertantes continuavam propondo os seus cursos de prateleira, ou seja, cursos já previamente existentes, numa lógica de oferta em grande escala, ainda que a demanda ocupacional pudesse caminhar em outras direções.

Por essa razão, os esforços foram envidados na definição de um modelo de pactuação que se tornou uma questão central do Pronatec e passou por diversas alterações, sempre buscando fortalecer o demandante frente às instituições ofertantes.

Durante o ano de 2013, o Pronatec recebeu a adesão de diversos novos demandantes, e também de alguns novos ofertantes, cabendo destaque à adesão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo perfil de participação agrega ao programa dados sobre perspectivas ocupacionais. Além disso, a adesão dos municípios ao Pronatec estava crescendo muito a cada semestre, chegando, em 2013, à marca de 3.200 municípios atendidos. Diante dessa realidade, a realização do processo seguinte de pactuação de vagas requeria a elaboração prévia de um mapa de demandas identificadas, ou seja, demandas relacionadas a vagas de emprego mapeadas junto ao setores produtivos, bem como em setores não relacionados estritamente ao emprego formal.

Esse processo levou a uma inversão na forma de articulação entre unidades demandantes e ofertantes, visto que a demanda já seria previamente identificada, requerendo o seu atendimento pelos ofertantes. Como tal processo teria grande impacto na pactuação, a decisão foi realizá-lo por etapas para não colocar em risco todas as tratativas que haviam sido realizadas previamente.

Dessa forma, na pactuação seguinte – realizada para 2014.¹³ –, a necessidade de refinamento dos critérios ficou evidente quando os demandantes ofertantes propuseram cerca de 2,5 milhões de novas vagas, para uma meta anual planejada para 1,1 milhão de vagas. Naquele momento, como o mapa de demandas identificadas não foi colocado no Sistec, o MEC estabeleceu um método arbitrário para priorizar a aprovação de vagas e foram aprovadas todas as propostas de ofertas de cursos que apresentaram crescimento da demanda profissional, ou seja, cursos associados a ocupações CBO em crescimento no mercado de trabalho.

Para calcular esse crescimento de demanda, utilizaram-se como insumo as tabelas Rais e Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), fornecidas pelo MTE, que mostram dados relativos ao mercado de trabalho

formal. A Rais mostra o estoque de vagas anual e o Caged apresenta a variação mensal de admissões e demissões no mercado de trabalho.

Esse modelo de priorização de vagas utilizado para a Pactuação 2014.1 indicou a necessidade de aprimorar os critérios utilizados, de forma a considerar outras variáveis identificadas posteriormente, tais como: contemplar o mercado de trabalho informal e maximizar a interiorização das ofertas de cursos, conforme prevê a Lei nº 12.513/2011.

Para a Pactuação 2014.2, o modelo de mapa da demanda identificada foi implementado e o processo de pactuação foi dividido em duas fases distintas. Na primeira fase, os demandantes nacionais enviam para a Setec/MEC suas demandas identificadas junto aos seus diversos parceiros de trabalho. Essas demandas são consolidadas em um mapa de demandas identificadas, que contém uma lista de cursos por município e suas respectivas quantidades de vagas necessárias. Esse mapa é disponibilizado para as unidades de ensino e todas as propostas que nele constem são aceitas.

Na segunda fase, realizada para possibilitar o atendimento de demandas locais não sistematizadas pelos demandantes nacionais, os ofertantes em articulação com os demandantes locais apresentam suas propostas, que são aprovadas em função do número de vagas restantes da fase 1.

Esses aprimoramentos do modelo de pactuação utilizado no Pronatec/ Bolsa-Formação estão sendo realizados em articulação com os demandantes e ofertantes, distanciando-se cada vez mais da chamada lógica ofertista, e utilizando critérios que permitam uma aproximação cada vez maior entre a formação e a ocupação do indivíduo no mundo do trabalho.

Descrição dos recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos

Os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da Bolsa-Formação foram calculados tomando-se como base a meta de vagas

estabelecida pelo Governo Federal para essa iniciativa, tendo sido publicados nas leis orçamentárias anuais de 2011 a 2014 e totalizando cerca de 14 bilhões de reais destinados ao atendimento das matrículas realizadas em todas as iniciativas que compõem o Pronatec.

A gestão da Pronatec/Bolsa-Formação é feita por cerca de 15 profissionais lotados em uma das diretorias da Setec/MEC. Para lidar com a grande dimensão da iniciativa, a equipe precisa fazer uso de instrumentos de divulgação de informações que tenham alcance imediato a todos os envolvidos. Para isso, são utilizadas listas de discussão, publicação periódica de notas informativas, manutenção de *websites* e reuniões rotineiras com representantes dos demandantes e ofertantes, que são elementos fundamentais no processo de capacitação e de disseminação de suas respectivas redes de atuação.

Todas as atividades do Pronatec são registradas no Sistema de Informações da Educação Profissional (Sistec), que foi construído em 2008 com o objetivo de consolidar as informações de oferta de cursos na educação profissional do País. Em 2011, o Sistec foi redimensionado para atender também às necessidades do Pronatec, registrando o CPF de estudante matriculado nas turmas ofertadas. A utilização do Sistec viabilizou uma rápida implantação do Pronatec, visto que utilizou o cadastro pré-existente das unidades de ensino e dos cursos de educação profissional.

Além da equipe responsável pela gestão, a Setec/MEC dispõe de uma equipe terceirizada com cerca de 50 postos de atendimento às demandas recebidas por meio do telefone 0 800 616161 e do atendimento eletrônico <http://pronatec.mec.gov.br/fale-conosco>.

Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa?

Enquanto política pública para a educação profissional, um dos grandes diferenciais do Pronatec é a centralização da gestão da oferta de cursos de

educação profissional, que possibilita a participação de praticamente todos os ministérios que possuem demanda por formação profissional. Essa centralização, realizada no Ministério da Educação (MEC), especificamente na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), permitiu um avanço na direção do alinhamento entre a demanda e a oferta, possibilitando ainda a identificação e atendimento às áreas que não estavam sendo assistidas devidamente. O modelo anteriormente aplicado induzia que os ministérios, que tinham demandas por formação profissional, buscassem atendê-las a partir de necessidades específicas de cada um, levando a possível sobreposição de ações e tornando difícil a mensuração dos resultados alcançados, uma vez que não havia uma gestão centralizada dos cursos ofertados.

O acompanhamento das matrículas realizadas por CPF do indivíduo permite a aferição precisa dos resultados alcançados, incluindo o acompanhamento de sua trajetória profissional para avaliar o impacto do curso realizado no âmbito do Pronatec e para identificação imediata dos beneficiados com a ação. A utilização de catálogos e guias de cursos profissionalizantes pelo MEC também possibilitou um processo de disciplina nas ofertas e a integração com a CBO gerenciada pelo MTE.

Não foi preciso desenvolver novos sistemas computacionais para execução da iniciativa. Os sistemas foram reutilizados a partir de ações pré-existentes, como no caso do Sistec, ou a partir da adoção de *softwares* livres, como no caso da utilização do *Redmine* para gestão dos monitoramentos realizados. Assim, tornou-se possível manter um controle individualizado de cada matrícula e de cada cidadão que ingressou nos cursos do Pronatec, ao mesmo tempo que possibilitou que cada parceiro demandante tivesse o atendimento das ofertas de cursos e do seu público dentro da sua especificidade.

Monitoramento e avaliação da iniciativa

As primeiras turmas no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação começaram a ser abertas em novembro de 2011. Em junho de 2012, pouco mais de seis meses após as primeiras ofertas, a Setec/MEC iniciou as visitas de monitoramento do programa.

As visitas são realizadas por duplas de avaliadores integrantes de um banco de especialistas em educação profissional constituído pela Setec/MEC. De início, como estratégia para uma capacitação mais rápida e menos onerosa aos cofres públicos, a Setec/MEC capacitou de forma presencial cerca de 30 avaliadores docentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em seguida, esses avaliadores realizaram novos eventos de capacitação em suas instituições, atuando como multiplicadores da capacitação recebida em Brasília. Para esses eventos – realizados em dezenas de institutos federais no País –, foram convidados os demais docentes da instituição que integravam o banco de avaliadores. Dessa forma, depois de pouco mais de um mês, a Setec/MEC contava com cerca de 300 avaliadores capacitados.

Os avaliadores capacitados vão sendo contatados para a realização de visitas na medida em que são planejadas novas etapas de avaliação. A Setec/MEC forma comissões com dois avaliadores de diferentes instituições, que são alocados para visitas em estados diferentes de seus locais de origem. Com o objetivo de maximizar a produtividade e minimizar os custos com emissão de passagens, as comissões de avaliação passam cinco dias úteis em cada município, realizando visitas em até três unidades de ensino diferentes.

Durante as visitas, os avaliadores coletam informações para responder aos questionamentos do instrumento de avaliação, que contempla desde aspectos pedagógicos até os requisitos normativos do programa. As unidades de ensino visitadas devem disponibilizar aos avaliadores toda a

documentação solicitada quando da notificação da visita, tais como: projetos pedagógicos dos cursos, diários de classe, etc. Adicionalmente são feitas entrevistas com estudantes, docentes, gestores e demais profissionais envolvidos com a execução do programa na instituição para auxiliar os avaliadores na consolidação do relatório do monitoramento.

O instrumento de monitoramento de cada unidade de ensino visitada é preenchido no sistema eletrônico de Monitoramento e Avaliação de Programas (MAP), disponível em <http://map.mec.gov.br>. O MAP foi customizado a partir de um *software* livre disponível para gestão de projetos de *software*, denominado *Redmine*, e instalado em um dos servidores da infraestrutura de rede do MEC. Essa customização foi realizada por profissionais da própria Setec/MEC, reduzindo a zero o custo com aquisição de um *software* específico para gerenciar o monitoramento do Pronatec, e tendo sua disponibilização quase que imediata.

Além do instrumento de monitoramento, os avaliadores inserem também no MAP: fotos, cópias de documentos de registros de matrículas dos alunos, listas de assinaturas dos estudantes e profissionais entrevistados, entre outros documentos coletados na unidade de ensino.

Para selecionar os municípios que receberão comissões de avaliação do Pronatec, o primeiro passo é definir quantos municípios serão visitados a cada etapa planejada. Em seguida, é realizado um sorteio probabilístico dos municípios que serão visitados, utilizando o método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), com a quantidade de matrículas realizadas no município sendo tomada como base para tal seleção. A utilização de um método para seleção das unidades a serem avaliadas é fundamental, pois, ao alcançar já o programa mais de 4 mil municípios, tornou-se inviável, num primeiro momento, realizar visita a todos eles.

Usando esse método de trabalho, até o momento 680 unidades de ensino receberam comissões de avaliação *in loco* do Pronatec/Bolsa-Formação.

Dessas, cerca de 400 já receberam parecer da Setec/MEC com o resultado do monitoramento realizado.

Além dos monitoramentos *in loco*, a Setec/MEC acompanha a execução do programa por meio dos dados registrados no Sistec. Os resultados do monitoramento *in loco* estão sendo sistematizados em um relatório geral com dados estatísticos gerados a partir das visitas.

Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados

Nessa iniciativa, já foram realizadas mais de 3 milhões de matrículas, superando a meta prevista até o final de 2014, detalhada no quadro a seguir.

Meta de vagas novas	2011	2012	2013	2014	Total
Em cursos técnicos	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
Em cursos FIC	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102

As matrículas realizadas no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação estão distribuídas em mais de 4 mil municípios, representando mais de 70% do total, em todas as unidades da Federação.

Existem cerca de 15 mil unidades de ensino – locais de oferta de cursos – e mais de 18 mil unidades demandantes – pontos de atendimento onde os interessados comparecem para processo seletivo e realização de suas pré-matrículas.

Obstáculos encontrados e soluções adotadas

No início da implantação do programa, havia baixa ocupação das vagas ofertadas e, conforme prevê o modelo, as unidades de ensino não podiam ocupar as vagas remanescentes, realizando matrículas de outros candidatos interessados. A matrícula só é realizada para candidatos pré-matriculados pelos demandantes, devido ao modelo estabelecido para evitar a lógica ofertista.

Essa baixa ocupação foi resolvida com a disponibilização de inscrições também pelo *site* do Pronatec. Nesse novo cenário, as vagas não ocupadas pelos demandantes são encaminhadas para o *site* do Pronatec sete dias antes do início da turma. A partir da publicação das vagas, os interessados realizam, no *site*, a inscrição nos cursos de interesse e têm dois dias para comparecer à respectiva unidade de ensino, a fim de confirmar matrícula. Caso não compareça nesse intervalo, a inscrição expira e a vaga retorna ao *site* para novas inscrições. A implantação dessa solução maximizou a ocupação das turmas, tendo sido responsável por cerca de 40% das vagas ocupadas até o momento.

Outra problemática surgida diz respeito à visibilidade das turmas. Até meados de 2013, todas as turmas oferecidas eram compartilhadas. Isso significava que, uma vez que uma turma estivesse publicada, todos os demandantes daquele município poderiam pré-matricular interessados nela. Com a adesão de mais ministérios ao longo de 2013, algumas necessidades de restrições de visibilidade de turmas se tornaram mais evidentes. Foi necessário, então, criar e implementar no Sistec o conceito de tipo de oferta, indicando quais unidades demandantes poderiam visualizá-las para efetuar as pré-matrículas. Os tipos de turma criados foram: exclusivo, preferencial ou compartilhado.

Outra dificuldade superada diz respeito à comunicação com os parceiros. Para lidar com os constantes ajustes, próprios de um programa em implantação, a Setec/MEC instituiu a publicação de notas informativas como mecanismo de comunicação formal com as instituições. As notas informativas são enviadas pelas listas de *e-mail* mantidas pela Setec/MEC e disponibilizadas no *site* <http://map.mec.gov.br>. Com isso, foi possível fazer a informação chegar de forma rápida a todos os parceiros.

Fatores críticos de sucesso

Entre os principais fatores que contribuíram com os resultados alcançados pelo Pronatec/Bolsa-Formação, podemos citar:

- a criação do Guia Pronatec de Cursos FIC como forma de disciplinar os cursos a serem ofertados no âmbito do programa e o seu posterior alinhamento com as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do MTE;
- a articulação entre os entes federados, envolvendo representantes da União, dos Estados e dos Municípios, como fator primordial para o processo de interiorização da oferta de educação profissional, contando com a adesão de mais de 70% dos municípios brasileiros;
- a previsão legal do pagamento de assistência estudantil no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação, para custeio de alimentação e transporte dos estudantes matriculados, como forma de contribuir com a redução do abandono de uma parcela significativa do público;
- a integração com outras políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, tais como: Brasil Sem Miséria (MDS), Viver Sem Limites (SDH), Plano Brasil Maior (MDIC), Seguro-Desemprego (MTE), Pronacampo (MDA), entre outras;
- valorização da educação profissional, inclusive com a oferta de cursos técnicos por instituições de ensino superior.

Por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação em gestão?

Enquanto política pública para a educação profissional, um dos grandes diferenciais do Pronatec é a centralização da gestão da oferta de cursos de educação profissional. Essa centralização, realizada no Ministério da Educação (MEC), especificamente na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), permitiu um avanço na direção do alinhamento entre a demanda e a oferta, possibilitando ainda a identificação e atendimento à áreas que não estavam sendo assistidas devidamente.

O modelo anteriormente aplicado induzia que os ministérios, que tinham demandas por formação profissional, buscassem atendê-las a partir de necessidades específicas de cada um, levando a possível sobreposição de ações e tornando difícil a mensuração dos resultados alcançados, uma vez que não havia uma gestão centralizada dos cursos ofertados.

Outro ponto de destaque dessa iniciativa é a participação efetiva dos ministérios parceiros na identificação das demandas, no nível de município e curso, e o atendimento das demandas pelas unidades de ensino sem intermediários.

Em essência, o principal diferencial do programa se deu na articulação das redes estruturadas de educação profissional no País, de forma a atender às necessidades de formação específicas dos diversos públicos atendidos pelos parceiros demandantes do programa, contemplando com vagas em cursos de educação profissional mais de 70% dos municípios do País.

Responsável

Marcelo Machado Feres

Diretor de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 4º Andar – Gabinete

Brasília/DF, CEP: 70047-900

Telefone: (61) 2022 8557

marcelo.feres@mec.gov.br

Data do início da implementação da iniciativa

Outubro de 2011

Notas

¹ Regulamentada pela Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013.

² São parceiros demandantes do Pronatec/Bolsa-Formação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério das Comunicações (MC), Ministério da Defesa (MD), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Turismo (MTUR), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e todas as Secretarias Estaduais de Educação.

³ Pactuação para as vagas as serem oferecidas no primeiro semestre de 2014. Nos primeiros anos, a pactuação era feita anualmente. A partir da Pactuação 2014, começou a ser semestralmente.

